

# A CRISE ATUAL

— J. A. Marsillac —

**LEI DOS PREÇOS** — Como demonstrei, em artigo publicado na revista *Engenharia*, de agosto de 54, sob o título "LEI DOS PREÇOS NO BRASIL", todos os preços, inclusive o da mão de obra, mas exclusive o da terra, variam, entre nós, proporcionalmente ao meio circulante "per capita". Baseava-se este estudo em dados estatísticos que se estendiam por um período de pouco mais de um século, de 1840 a 1953. Estudos posteriores mostraram a validade desta lei, nos 150 anos que vão da chegada de D. João VI até o dia de hoje. Se tomarmos como unidade de valor, ou poder aquisitivo, a centésima parte do mais circulante "per capita" e exprimirmos os preços nesta unidade a que dei o nome de FIUZA, teremos, para cada mercadoria, salário ou índice de preços, números que oscilam em torno de um valor médio, digamos, entre 3/5 e 5/3 do mesmo. Neste século e meio, os preços correspondentes em moeda nacional foram multiplicados por cerca de 600. Exemplificando: quando D. João VI chegou ao Brasil, em 1808, havia em circulação no país, cerca de 9.500 contos, dos quais 2/3 em ouro e 1/3 em prata. Isto correspondia a 23600 por habitante; e o valor da fiuza era então de 26 réis. Segundo Taunay, uma dúzia de ovos, na cidade de São Paulo, custava, nessa época, 60 réis, sejam 2,31 fiuzas. Ao findar-se o mês de junho, subia o papel em circulação a 103,5 bilhões de cruzeiros. Para a população atual, de cerca de 63 milhões de habitantes, temos portanto 1.643 cruzeiros "per capita". Vale a fiuza, pois, aproximadamente 16,4 cruzeiros, pouco mais de 600 vezes os 26 réis do tempo de D. João VI. 2,31 fiuzas equivalem

portanto, hoje a 38 cruzeiros em números redondos. Deve ser mais ou menos este o preço da dúzia de ovos em São Paulo. Em Campinas é de 32 cruzeiros, tendo sido de 44, na Semana Santa. O mesmo aconteceu com os salários e o custo dos produtos agrícolas. Veja-se a minha nota no livro do Dr. Licurgo Santos Filho "Uma Comunidade Rural do Brasil Antigo", da Coleção Brasileira. Os produtos industriais inclusive o açúcar tiveram o seu preço, em fiuzas, apreciavelmente reduzido, como consequência natural do progresso da tecnologia da produção e dos transportes. Ao contrário, o preço do metro quadrado de terreno ou do alqueire de terra, expressado em fiuzas, subiu consideravelmente devido a dois fatos principais: o aumento da população e o natural desejo de pôr os recursos disponíveis ao abrigo da inflação. Como sofremos de inflação intermitente até 1937 e crônica de então para cá, com apenas um ano de exceção no Governo Dutra, os lucros acumulados pelos intermediários e especuladores são simplesmente astronômicos e daí resultou, como era inevitável um excesso de procura da terra e, portanto, a alta do seu preço. Como a terra pelo que dela se pode tirar e isso depende da soma de trabalho nela realizado, o valor real médio da terra, por habitante, é sensivelmente proporcional ao salário anual médio na região. A constante de proporcionalidade é, mais ou menos, igual a 1; ainda não me foi

possível determiná-la, rigorosamente, por falta de dados. O salário anual médio na zona da Paulista é de, cerca de, 3 000 fiuzas. Assim sendo, o valor médio da terra, por km.2, em fiuzas, é, aproximadamente, igual a 3.000 vezes o número médio de habitantes por km.2, na região. Espero publicar, em breve, um artigo expondo a lei do valor da terra.

**OUTROS FATORES** — Como se disse, os preços reais, isto é, em fiuzas, exceto o da terra, oscilam entre 3/5 e 5/3 do seu valor médio. O próprio café, sujeito às contingências do mercado internacional, manteve o seu preço dentro desses limites. A variação dos preços dos gêneros alimentícios é apreciavelmente menor. A principal causa das flutuações dos preços, em fiuzas, é a alternativa de boas e más safras. A maior ou menor liberalidade do crédito, praticamente não afeta os preços dos produtos básicos.

Poderá influir, é certo, sobre os dos artigos de luxo ou como tal considerados. Em 1929 caíram os preços dos automóveis de uma porcentagem tanto maior quanto maior era o valor do carro. Outras causas que poderiam modificar os preços como, por exemplo, o cambio e a taxa de juros, também não exercem efeito apreciável sobre o nível médio de preços e o índice de custo de vida, quando expressados em fiuzas. A pequena influencia de todos os fatores da conjuntura que não sejam o dinheiro por ha-

bitante ou o volume da safra, "per capita" se explica, provavelmente, pelo fato de sermos um país paupérrimo cuja população de infimo rendimento "per capita" tem um padrão de vida médio comparável ao de hindus e chineses. Gasta o nosso operário mais de 50% do seu salário com a alimentação. O aluguel da casa, dos cômodos ou do quarto em que reside, leva-lhe frequentemente 30% do salário total. Não é de estranhar portanto que, em ultima análise, o custo da vida depende apenas de duas causas: o volume da safra e o volume do papel moeda. Junto a este artigo, como apêndice, uma tabela dos valores da fiuza.

**POLITICA FINANCEIRA** — Já aparecem claramente, nos dias de hoje, as grandes linhas da politica econômica-financeira do governo federal: executar grandes obras o que, naturalmente, exige grandes gastos, financiando-se, sobretudo, com a renda dos ágios, os empréstimos do Banco do Brasil, o aumento dos depósitos à ordem da SUMOC a que são forçados os bancos particulares, o aumento dos impostos já existentes, a criação de novos tributos, a reforma tarifária, etc. Como se isso não bastasse, o infalível recurso às emissões e talvez, mais tarde, os empréstimos forçados. Esperava o governo, certamente e talvez ainda espere deter a inflação, isto é, a alta geral dos preços resultante do aumento dos meios de pagamento por unidade de produção, mediante uma severa

politica de restrição de crédito em escaria adequada ao vulto das emissões, e, mais tarde, uma campanha de propaganda da economia. Num país em que o custo da vida subiu de 28%, em 1956, segundo o "Journal of Commerce" de Nova Iorque, empregar dinheiro a 5% representa um prejuizo de 18% ao ano. Lembro-me ainda dos tempos que precederam o surto inflacionário de 1917 a 24, em que as apólices federais de 5% estavam um pouco acima do par. Significa isto, uma vez que nesta época os preços eram sensivelmente constantes, que a taxa real de juros, função do grau de riqueza real do país, como muito bem acentuou o Sr. Guilherme da Silveira, num famoso relatório do Banco do Brasil, não atinja 5%. Esse número concorda plenamente com as taxas de descontos vigentes na França e na Inglaterra e os juros dos melhores títulos anglo-franceses e americanos, digamos 2,5 a 3% naqueles dois países da europa e cerca de 4% nos Estados Unidos. Se o custo da vida sobe a razão de 28% ao ano, para que se tenha um juro real de 5% mostra um cálculo simples que os juros nominais, em papel, deveriam ser de 34,4% ao ano. Parece que, a despeito da limitação legal de 12% e de todas as medidas com que o governo federal tentou opor-se ao determinismo dos fatos econômicos, a taxa real de descontos, entre nós, não difere muito de 3% ao mês. Isto, naturalmente quando não se dispõe de amigos influentes, con-

tando-se apenas com uma sólida reputação financeira. Como erro de esperar, não deve o governo federal ter logrado resultados apreciáveis no combate à inflação com a sua propaganda e as suas instruções aos bancos.

**LIMITAÇÕES DO CRÉDITO** — Uma politica de restrição do crédito, executada com as devidas cautelas, seria, provavelmente, eficaz até um certo ponto, em outros países onde maior fosse a riqueza e maior o vulto relativo das operações baseadas no crédito. Mostram os fatos, porém, a inaplicabilidade desta solução entre nós. Vivemos da mão para a boca, o nosso sistema de crédito está muito abaixo das necessidades do país e praticamente só consumimos gêneros de primeira necessidade. Os lucros dos intermediários e especuladores são simplesmente astronômicos, a crista das ondas inflacionárias constituiriam, certamente caso de policia em qualquer país realmente civilizado.

Se a lamentável politica de restrição de crédito não conseguiu neutralizar o efeito altista das omissões, trouxe entretanto as más consequencias com que certamente contavam, há muito tempo, todos os que procuram estudar, serena e objetivamente sem conclusões, de ante mão impostas por interesses pessoais ou de grupo, o melancólico panorama da nossa realidade econômico-social. Primeiro a redução do ritmo dos negocios, em seguida, as crescentes dificuldades da industria e do comercio. Mais tarde as concordatas, as falências, a dispensa de operários, imposta pelo aumento dos estoques, o desemprego em escala cada vez maior, os atrasos nos pagamentos, a penúria que se faz miséria, a miséria que se torna indigência.

(Continua)

Coveio Popular — 2-9-58

CMP 2.18.80